

Uma nação desconfiada

Heracio Salles *

Autorizar "operações externas de natureza financeira" é prerrogativa constitucional do Senado. Não é de hoje, já figurava na Constituição semi-outorgada de 67, que lhe opunha uma restrição enrijecida pela Junta Militar: para exercer essa função privativa, o Senado devia ouvir, em cada caso, o Poder Executivo federal. De autonomia restaurada, os senadores acabam de despertar para ela, acertando com as autoridades especificamente interessadas do governo os termos de um projeto a ser votado nas próximas horas para condicionar a certos interesses nacionais a negociação da dívida externa.

Bom ou mau sinal? Nem uma coisa nem outra, antes que o governo mostre — lá fora como aqui — o tipo de utilização que vai fazer do aval do Senado. É constrangedor fazer tal ressalva, imposta, no entanto, inevitavelmente, pelo comportamento dos agentes governamentais de diferentes níveis, não apenas diante dos outros poderes, mas, acima de tudo, em face da nação. Reconhecida a existência de uma parte considerável da sociedade que se caracteriza pela ingenuidade e se deixa seduzir pelas imagens moldadas nas oficinas do *marketing* político, torna-se indisfarçável na outra parte — menos afetada pelo obscurantismo que em geral nos caracteriza como povo — uma sensação de desconforto moral como jamais, talvez, se experimentou entre nós.

A razão é simples. O governo praticamente ultimou o processo de sua caracterização como um conjunto de

pessoas desavindas em tudo, menos (com exceções, é claro) na falta de compromisso com a verdade e daquele mínimo de senso ético, sem o qual a função pública decai dessa condição altíssima para se nivelar às menos nobres atividades particulares. Estamos há muito mergulhados em numerosas crises, que poderiam ser enumeradas a partir da institucional, e passando pela econômico-financeira, até a social e por último a político-eleitoral e partidária. A estas acrescenta-se a crise de confiança na palavra oficial que, proferida em qualquer escalão, quase nunca corresponde à realidade que ela geralmente esconde ou tenta, ostensivamente, esconder. Não é com prazer que se faz esta afirmação. Ao contrário, para qualquer cidadão razoavelmente dotado de sentimento de responsabilidade, é extremamente penoso verificar que ela simplesmente resulta e ressalta do alinhamento objetivo dos fatos.

Em relação ao próprio Senado, qual foi a posição oficial do governo? Para citar um episódio, uma investigação pertinente aos beneficiários da *inside information* no episódio do seqüestro da poupança e de outras contas particulares pelo Banco Central, há cerca de três meses, foi praticamente obstada pela autoridade especificamente competente, que só após a ameaça de um processo por crime de responsabilidade admitiu fornecer listas necessárias, entregues de modo incompleto à comissão respectiva do Senado. Que fez com estas listas o Senado, ninguém sabe; e assim na hipótese se dividem as culpas entre os dois poderes. Mas, se o Legislativo é negligente na defesa de suas prerro-

gativas, isto não impede a constatação de que o chefe do Executivo se esmerou em atropelá-lo, por obstruções internas, principalmente na Câmara, e por uma desenvoltura verdadeiramente escandalosa na edição de Medidas Provisórias que acabaram transformando o presidente da República no legislador único e incontrastável.

Se é falta de apreço ao Legislativo

Da prisão de Lobato ao desassombro com que muitos foram às ruas defender o petróleo, tudo está sendo posto para trás pelo atual governo

que caracteriza em boa parte o governo, que esperar de um futuro respeito aos parâmetros que o Senado procura fixar, a seu pedido, para a negociação da dívida no exterior? Seria, mesmo, o caso de perguntar: Por que a iniciativa de ouvir o Senado não fora tomada antes, quando se preferiu a via dos subterfúgios para conversações que acabaram submetendo o país ao constrangimento conhecido?

Há pouco, falando numa das comissões do mesmo Senado, a autori-

dade a que se vincula a Petrobrás chegou a cometer o que nos Estados Unidos — com as consequências imagináveis — seria chamado *perjúrio*, quando sonegou a verdade sobre suas desavenças com o presidente da empresa: alegou, para uma saraivada antiética de acusações a esse Executivo, que lutava de fora para dar eficiência à administração da estatal, quando na realidade batalhava para forçá-la a fazer um negócio de pai perdulário com um afilhado do governo. Substituído o presidente que resistira a expor o patrimônio da empresa àquele risco, o substituto declarou de público a disposição de fechar o negócio condenado.

Veja-se que, já nesse caso, ao aspecto moral vai somar-se outro, igualmente situado no campo ético, mas em sentido muito mais alto: dentro de uma das características do governo, o que se fazia era aproveitar o episódio da resistência interna ao empréstimo injustificável (com cheque nominal a ser entregue ao afilhado, segundo notícia dos jornais, não desmentida) para se iniciar uma campanha de desmoralização da Petrobrás, em cuja área de atuação se mostram historicamente interessados — e agora mais do que nunca — os credores do Brasil nos Estados Unidos. Da prisão de Monteiro Lobato por Getúlio, até o desassombro com que gerais, como Horta Barbosa, foram para a rua defender os interesses do Brasil no caso do petróleo, tudo está sendo posto para trás pelos atuais governantes que não parecem situados nacionalmente, segundo a crônica de nossas vicissitudes, mas

subitamente desentranhados da Arapiraca dos tempos em que Arnon de Mello enfrentava os Góis Monteiro e seu jeito de fazer política pelos padrões do *far west* nordestino. Esse ar da antiga Arapiraca é iniludível até na música de fundo que ressurgiu dos anos 40, quando Pedro Vargas e Elvira Rios usavam os cassinos cariocas para inundar o país com a melodia brega dos boleros.

O Senado, portanto, que se cuida, procure sondar o que há de verdade nas intenções oficiais; e passe a aguardar o que virá de retorno para ele e para nós, depois da próxima rodada de negociações. Durante a *batalha de Londres*, em regime de *black-out*, Bernard Shaw fazia em certo teatro uma conferência para levantar o moral dos londrinos, quando sua voz foi cortada e o prédio tremeu com uma bomba nazista que explodira no bairro. Passado o tremor, o humorista voltou a dirigir-se ao auditório: "Nada há mais perigoso do que um inglês assustado. O senhor Hitler que se cuida: estamos começando a ficar assustados." Podemos parodiá-lo com a observação de que nada há menos perigoso do que um brasileiro desconfiado. Mas, mesmo em nosso caso, nunca se sabe até onde vão os inconvenientes de uma desconfiança que atinja toda a nação.

PS — Cometi na semana passada a imperdoável omissão de Francisco de Assis Barbosa, Ascendino Leite, Hildon Rocha e Raimundo Souza Dantas entre os intelectuais atraídos pelo Congresso no Rio.

* Jornalista, ex-professor da Faculdade de Direito do Distrito Federal (Ceub)